



BOLETIM SEMANAL

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Quinta-feira • 18 de maio • Ano VI

GREVE

1ª. GREVE: APROVAÇÃO DO PL NO CNJ
2ª. GREVE: APROVAÇÃO DO PCS NA CFT



DESCASO

O CNJ NÃO APRECIAVA; O LEGISLATIVO NÃO VOTAVA; O GOVERNO NÃO NEGOCIAVA E; O JUDICIÁRIO NÃO ASSUMIA O SEU PAPEL NA INTERLOCUÇÃO COM OS OUTROS PODERES

PCS DO JUDICIÁRIO

SERVIDORES DÃO VERDADEIRA GOLEADA E PCS É APROVADO PELA CFT

Valeram os 15 dias de piquetes, atos públicos e atividades de convencimento aos parlamentares e aos representantes dos três poderes sobre a importância do PCS. Os servidores do Judiciário deram uma verdadeira goleada na batalha pelo atendimento aos seus anseios, fizeram valer o seu direito de greve e de união e conseguiram alcançar seu objetivo, com a aprovação do PL 5845/05 na Comissão de Finanças da Câmara – motivo pelo qual deflagraram a mobilização.

A categoria decidiu, em assembléia geral, retornar ao trabalho a partir desta quinta-feira (18/05). Mas apesar do bom êxito da paralisação, continua de olhos bem abertos: se mantém em estado de greve e realiza nova assembléia no próximo dia 30, às 16h, na Praça dos Tribunais - ocasião em que avaliará os rumos do movimento pela aprovação definitiva do PCS.

Na avaliação do comando de greve, com o retorno ao trabalho os servidores estão dando um crédito de confiança aos presidentes do STF, STJ e TST que garantiram precisar desse tempo para fechar os

últimos detalhes da negociação. O presidente do TST, ministro Ronaldo Leal, disse em audiência ao coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, que a negociação já está fechada com o ministro do Planejamento para implementação do PCS em três parcelas, conforme foi aprovado pela comissão de Finanças e Tributação.

Outro ponto da negociação com os presidentes diz respeito aos dias parados. "Estaremos vigilantes e não aceitaremos qualquer possibilidade de corte de pontos dos servidores", enfatizou Roberto Policarpo, durante a assembléia. O diretor-geral do STF assumiu o compromisso de coordenar toda a negociação para evitar o corte de ponto

"Não temos mais dúvidas em afirmar que vamos conseguir negociar nosso PCS e implementá-lo a partir deste ano. Mais uma vez, fomos vitoriosos porque lutamos e mostramos união", avaliou o coordenador-geral do Sindjus. Outro representante do sindicato, o coordenador Jailton Assis, enfatizou que "a categoria retorna ao trabalho de cabeça erguida e depois de ter feito uma greve com muita disposição e resultados positivos para a categoria.

**PARABÉNS A TODOS OS QUE CONSTRUÍRAM
ESTA VITÓRIA IMPORTANTE E LEMBREM
QUE TEMOS COMO META APROVAR O PCS
NESTE SEMESTRE. MUITO TRABALHO NOS
AGUARDA.**



RETROSPECTIVA - FORÇA DOS SERVIDORES LEVOU À VITÓRIA DA GREVE

VEJA AQUI, PASSO A PASSO, CADA CONQUISTA OBTIDA PELA CATEGORIA COM A MOBILIZAÇÃO:

PERÍODO ENTRE 13 E 29/03: ASSEMBLÉIAS SETORIAIS O Sindjus realiza assembleias setoriais com os servidores em todos os locais de trabalho para discutir a estratégia a ser utilizada pela categoria para a aprovação do PCS. Também são organizadas idas dos servidores ao Congresso para pressionar os parlamentares.

SEXTA-FEIRA, 07/04: REUNIÃO COM DELEGADOS SINDICAIS – Na reunião, é tirada a proposta de 48h de paralisação nos dias 26 e 27 de abril, com avaliação do movimento no dia 27.

INSERÇÃO DE COMERCIAIS – A partir do indicativo de greve de 48h, o Sindjus passa a veicular comerciais em rádios e TVs, para chamar os servidores para a assembleia que aprovou as 48h.

SEGUNDA-FEIRA, 24/04: SÓ PROMESSAS – As iniciativas do Judiciário, de atuar como interlocutor nas negociações com o Executivo e o Legislativo sobre a questão orçamentária da proposta de PCS, encontram-se praticamente paradas e baseadas apenas em promessas feitas pelos presidentes dos tribunais. Na Câmara, por sua vez, a Comissão de Finanças e Tributação, onde se encontra o PL 5845/05, continua sem incluir a matéria na pauta.

TERÇA-FEIRA, 25/04: ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES - Os servidores do Judiciário aprovam, em assembleia geral, a paralisação de 48h pela aprovação do PCS a partir das 7h do dia seguinte (quarta-feira, 26/04) até a próxima quinta-feira (27/04). A assembleia tem a participação de servidores do TJDF, STJ, CJF, STM, TSE, TRF, Justiça Federal, TRE, STF, TRT, varas trabalhistas e TST. O sindicato manda veicular novo comercial na TV alertando a sociedade para o fato de que, caso o PCS não seja aprovado, o Judiciário vai parar por tempo indeterminado. O Sindjus coloca toda a sua estrutura à disposição da greve.

TERÇA-FEIRA, 25/04: PRIMEIRA REUNIÃO DO JUDICIÁRIO – Neste mesmo dia, pouco depois da assembleia, o Judiciário começa a se mexer. O diretor-geral do STF se reúne com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para discutir o PL 5845/05 e negociar a suplementação orçamentária necessária para cobrir os custos de implantação do PCS.

QUARTA-FEIRA, 26/04: COMEÇA A PARALISAÇÃO – Os servidores se concentram estrategicamente em seus locais de trabalho, durante o período da manhã, realizando piquetes e postando faixas e cartazes sobre o PCS. Os servidores do STM são os primeiros a organizar um conjunto de atividades para garantir a adesão do maior número de servidores à greve: disposição e garra não faltam! Segundo balanço da greve, cerca de 50% da categoria adere ao movimento. Ficam paradas as áreas de distribuição, autuação e publicação de todos os tribunais e alguns cartórios, bem como algumas turmas dos tribunais superiores, varas federais e varas trabalhistas.

QUARTA-FEIRA, 26/04: CONTATOS NO CONGRESSO – Pela manhã, coordenadores do Sindjus e da Fenajufe participam de reuniões com o presidente



da Comissão de Finanças, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) e o relator do PL, deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). Moreira Franco promete incluir o PCS na pauta da reunião da comissão programada para acontecer na quarta-feira (03/05). Já Geddel, reafirma sua posição favorável ao projeto e diz que está próximo de concluir o seu relatório.

QUARTA-FEIRA, 26/04: ATO PÚBLICO NO CONGRESSO – À tarde, os servidores realizam ato público iniciado por volta das 14h, em frente à Câmara dos Deputados. De lá, seguem em passeata até a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), onde chegam por volta das 16h chamando a atenção de parlamentares, ministros do STF e até mesmo transeuntes que circulam diariamente entre o anexo IV da Câmara e a Praça dos Três Poderes. A manifestação mostra a força de uma categoria empenhada na aprovação do seu PCS.

QUARTA-FEIRA, 26/04: EMPOLGAÇÃO E PROTESTO – Em todos os lugares por onde passam os servidores do Judiciário, o clima observado é de empolgação com o movimento, com pessoas empunhando bandeiras, adesivos e faixas. “Deputado, defenda a imediata aprovação do PL”, ou “PCS do Judiciário, uma questão de Justiça”, são algumas das frases estampadas. E os resultados já começam a ser observados, num ambiente favorável ao projeto.

QUARTA-FEIRA, 26/04: APOIO DE MAGISTRADOS – Na paralisação de 48h os servidores das Varas Trabalhistas cruzam os braços e como consequência, as audiências são suspensas “Os bravos servidores da Justiça do Trabalho não se furtarão à luta”, discursa o diretor do Sindjus, Cleo Oliveira, durante o piquete. A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª. Região, Amatra X, se solidariza com o movimento de paralisação dos servidores do Judiciário. Em documento assinado pelo presidente da entidade, Luiz Fausto Marinho de Medeiros, a Amatra X destaca a importância do PCS para a categoria e diz que o plano representa

“a valorização da carreira dos servidores públicos do Judiciário”.

QUINTA-FEIRA, 27/04: NOVOS PIQUETES E ADESÃO MAIS FORTE – Os servidores intensificam os piquetes e a adesão à greve passa a ser ainda mais forte nos locais de trabalho.

QUINTA-FEIRA, 27/04: DISPOSIÇÃO DE NEGOCIAR – O diretor-geral do STF afirma que durante reunião, o ministro do Planejamento reafirmou a intenção do Poder Executivo de manter uma boa relação com o Judiciário e disse que o ministério estaria disponibilizando uma equipe técnica para, em conjunto com representantes do STF, equacionar as questões apresentadas até então e avançar nas negociações de maneira rápida e segura.

QUINTA-FEIRA, 27/04: ASSEMBLÉIA DECIDE NOVA PARALISAÇÃO, COM IDA DE TODOS À CFT – Perto das 18h, a categoria decide: quarta-feira (03/05) tem greve até que o projeto seja aprovado pela CFT. Os servidores resolvem parar outra vez as atividades e se dirigir à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, acompanhar a votação do projeto, às 10h. A ideia é uma só: caso o PL esteja na pauta, pretendem pressionar pela sua aprovação. Caso ainda não esteja, querem lutar para incluí-lo até o último momento.

TERÇA-FEIRA, 02/05: SERVIDORES DE CEILÂNDIA DÃO O EXEMPLO – Os servidores do Fórum de Ceilândia dão o exemplo de ampliação do movimento pelo PCS, com o lançamento da campanha “Eu vou levar mais dois, pra ninguém se arrepender depois”. O objetivo é convencer o maior número de servidores do Judiciário a aderir à nova paralisação da categoria.

QUARTA-FEIRA, 03/05: GREVE POR TEMPO INDETERMINADO – A Comissão de Finanças não inclui o projeto de PCS na pauta da reunião deste dia e a categoria decide, em assembleia, o que

RETROSPECTIVA - FORÇA DOS SERVIDORES LEVOU À VITÓRIA DA GREVE

VEJA AQUI, PASSO A PASSO, CADA CONQUISTA OBTIDA PELA CATEGORIA COM A MOBILIZAÇÃO:

havia sido acertado anteriormente: pára por tempo indeterminado até a aprovação do PL. No momento, apesar da promessa do presidente da CFT de que o projeto vai ser apreciado na próxima reunião, a categoria avalia que a greve é fundamental, já que não existe garantia dessa aprovação.

QUARTA-FEIRA, 03/05: APOIO DA MINISTRA ELLEN – No mesmo dia em que a greve é deflagrada, a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, também vai ao Congresso e pede ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pressa na tramitação do projeto de PCS. A ministra destaca para representantes dos servidores que desde a semana anterior têm sido mantidas negociações do tribunal com representantes do Legislativo e do Executivo sobre a adequação financeira do projeto, sobretudo a aprovação de crédito suplementar – de forma a garantir a implementação do plano.

QUINTA-FEIRA, 04/05: ATO PÚBLICO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA – Os grevistas se concentram em frente ao Ministério da Fazenda em ato público, no início da tarde, para cobrar do governo que “respeite os servidores do Judiciário”. De lá, saem em passeata até a sede do STF. Durante todo o dia são realizados piquetes nos locais de trabalho, com destaque para a paralisação da área judiciária do Supremo, comandada por um grupo de aguerridos servidores. “Estou emocionada com a disposição de alguns colegas que não tiveram medo de percorrer sala por sala e convencer um grande número de servidores” desabafa Elisa Alves, servidora do STF e diretora eleita do Sindjus.

QUINTA-FEIRA, 04/05: STJ RECONHECE IMPORTÂNCIA DA GREVE – Com a ajuda de combativos servidores o diretor Berilo Leão comanda a maior greve já realizada no STJ. Tanto é assim que o tribunal manda publicar, em sua página da internet, nota onde destaca a importância da greve e enfatiza que o movimento afeta a rotina do tribunal e do Conselho da Justiça Federal.

SEXTA-FEIRA, 05/05: MANIFESTAÇÕES EM VÁRIOS LOCAIS – A paralisação se destaca com manifestações em três locais distintos, onde há grande concentração de servidores. Em frente ao STJ, os piquetes são realizados pelos servidores do STF, TRF e JF. Já os servidores dos fóruns, VEC/CEPEMA, arquivo, gráfica, juizados especiais e Vara da Infância, se concentram em frente ao TJDF. E os que trabalham nas Varas Trabalhistas, no TRT, TSE e STM, se posicionam em frente ao TST. Em todos os três locais as mobilizações são significativas.

SEGUNDA-FEIRA, 08/05: CONTINUAM OS PIQUETES – A adesão à greve aumenta a cada dia e se intensificam os piquetes em todos os locais de trabalho. Os servidores de todos os fóruns fazem grande encontro no Bloco B do TJDF e conseguem convencer vários colegas de que a greve é necessária para garantir a aprovação do PCS, “Temos tradição de lutar por nossos direitos. Em 2002 foi assim e conquistamos o nosso PCS. Nossa greve foi tão grande que chegou a ameaçar a realização das eleições e dessa vez não será diferente. Ou o PCS é aprovado ou não teremos eleição”, afirma Sheila Tinoco, diretora do Sindjus, na passeata a caminho do T.R.E. Manifestação realizada, neste dia, em frente



ao TRE chama a atenção da mídia e é reproduzida em fotos nos jornais de circulação nacional.

TERÇA-FEIRA, 09/05: CATEGORIA FAZ ATO NA CÂMARA – Os servidores fazem um grande ato na Câmara, onde se dividem em grupos para pedir o apoio de todos os membros da CFT.

TERÇA-FEIRA, 09/05: REUNIÃO NO STF GARANTE ALTERAÇÕES NO RELATÓRIO – O coordenador-geral do Sindjus/Fenajufe, Roberto Policarpo, e o presidente da Fenassoja, Isaac Oliveira, são recebidos pelo diretor-geral do STF, Sérgio Pedreira. Na reunião apresentam a reivindicação de que a GAJ, a GAE e GAS não sejam parceladas. A reivindicação é atendida e o relatório passa a prever o parcelamento apenas dos vencimentos. Com o novo texto, passa a ser facultada aos oficiais de justiça a opção da Função Comissionada ou Gratificação que exerçam até que o vencimento básico previsto pelo PCS seja integralizado.

QUARTA-FEIRA, 10/05: CFT NÃO VOTA PROJETO – O acordo não é fechado e o Deputado Vignati (PT/SC) pede vistas do PL. Para que o projeto possa ser apreciado na sessão da semana seguinte o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, pede a outros parlamentares que requeiram vista conjunta. A votação do PL 5845/05 é adiada e deixa insatisfeitos e irritados mais de mil servidores de todos os órgãos do Judiciário do DF e de outros estados que acompanham o pleito.

QUARTA-FEIRA, 10/05: A GREVE CONTINUA – A greve completa sete dias e atinge todos os órgãos, desde cartórios e fóruns até os tribunais superiores. O movimento é intensificado e a categoria promete radicalizar ainda mais a partir da assembléia desta data. Cerca de 60% dos servidores mantêm suas atividades paradas, prejudicando serviços como distribuição, autuação e publicação nos vários locais do Judiciário.

QUINTA-FEIRA, 11/05: JÁ SÃO 70% OS SERVIDORES PARADOS NO DF – No dia seguinte,

a paralisação pela aprovação do PCS cresce ainda mais. Em todo o País, os servidores se mobilizam para chamar a atenção da sociedade e do governo. A CUT divulga nota oficial de apoio à greve e, no DF, um grande ato público é realizado neste dia, em frente ao STF, quando a categoria cobra da ministra Ellen Gracie avanços nas negociações com o Executivo. O sindicato propõe que a passeata prossiga até o Palácio do Planalto, para exigir que o Presidente Lula deixe de pagar tanto juros e conceda o reajuste aos servidores. Estimativas do comando de greve dão conta de que, no DF, cerca de 70% da categoria estão parados. No TST a indignação é sentida pela força do movimento. “Uma greve que começou com 10 servidores foi aumentando, aumentando e hoje já tem mais de 180”, comemora Newton Brum, delegado sindical e diretor eleito do Sindjus.

SEGUNDA-FEIRA, 15/05: MANIFESTAÇÃO NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – A terceira semana da greve começa com manifestação no Ministério do Planejamento. Os servidores completam, nesta data, 13 dias de paralisação pelo seu PCS e movimentam a sede do ministério com passeata ao redor do prédio e realização de apitação.

TERÇA-FEIRA, 16/05: DIA ESTRATÉGICO PARA A CATEGORIA – A terça-feira é vista como “Dia D” para a mobilização, já que se trata da véspera da próxima reunião da comissão de Finanças. Um grande arrastão é organizado pela diretora do Sindjus Eliane Alves e percorre a JF, TRF, STM e TSE. Os servidores intensificam os piquetes desde o início da manhã em todos os locais de trabalho. À tarde, fazem ato público em frente à Câmara e seguem em passeata, mais uma vez, até a sede do STF.

QUARTA-FEIRA, 17/06: COMISSÃO APROVA PL DO PCS – O PL 5845/05 é aprovado na comissão por unanimidade e os servidores decidem, em assembléia, retornar ao trabalho. Mas mantêm o estado de greve até o próximo dia 30, quando avaliam – em nova assembléia – os próximos rumos do movimento.